

ISSN: 0213-2079

Vol. 29, 2007

S T V D I A H I S T O R I C A

HISTORIA MODERNA



**LA HISTORIA RURAL,
AYER Y HOY**

Ediciones Universidad
Salamanca

ÍNDICE

Francisco CHACÓN JIMÉNEZ, <i>Necrológica Antonio García-Baquero González ..</i>	15-20
INFORME	
Pegerto SAAVEDRA, <i>La historia rural, ayer y hoy</i>	23-45
Manuel ARDIT, <i>La historia rural de la España oriental durante la Edad Moderna: un estado de la cuestión</i>	47-82
José Manuel PÉREZ GARCÍA, <i>La España agraria septentrional durante el Antiguo Régimen (1500-1850)</i>	83-129
Laureano M. RUBIO PÉREZ, <i>Campo, campesinos y cuestión rural en Castilla la Vieja y en el Reino de León durante la Edad Moderna. Estado de la cuestión, claves y valoraciones de conjunto</i>	131-177
Antonio Luis CORTÉS PEÑA, <i>La historia rural en Andalucía. Balance historiográfico y perspectivas de futuro</i>	179-204
Jerónimo LÓPEZ-SALAZAR PÉREZ, <i>La historia rural en Castilla la Nueva y Extremadura</i>	205-249
Margarida SOBRAL NETO, <i>A Historiografia Rural Portuguesa</i>	251-275
VARIA	
José Ignacio RUIZ-RODRÍGUEZ e Ígor SOSA MAYOR, <i>El concepto de la «confesionalización» en el marco de la historiografía germana</i>	279-305
Fabián Alejandro CAMPAGNE, <i>El sanador, el párroco y el inquisidor: los saludadores y las fronteras de lo sobrenatural en la España del Barroco ...</i>	307-341
Rosario PORRES MARIJUÁN, <i>Discursos forales y fiscalidad real. Las provincias vascas ante el crecimiento de la sal de 1631</i>	343-385
Fernando MANZANO LEDESMA, <i>La religiosidad popular de los vallisoletanos en el siglo XVIII: el Informe sobre las cofradías de la provincia de Valladolid de 1773</i>	387-425
Cosme Jesús GÓMEZ CARRASCO, <i>Parientes, amigos y patronos. Red, movilidad y reproducción social en la burguesía y la elite de poder a finales del Antiguo Régimen (Albacete, 1750-1808)</i>	427-463



A HISTORIOGRAFIA RURAL PORTUGUESA

Portuguese Rural Historiography

Margarida SOBRAL NETO

Universidade de Coimbra

<marnet@netvisao.pt>

RESUMEN: Até aos anos sessenta do século XX, a vida rural portuguesa foi objecto de análise sobretudo por parte de juristas, etnógrafos e geógrafos. A partir daquela data, e num quadro de abertura da historiografia portuguesa a territórios ainda não explorados, iniciou-se a pesquisa em história rural da Época Moderna. Numa primeira fase, e seguindo as linhas de orientação da historiografia francesa e espanhola, os historiadores modernistas ocuparam-se de estudos de conjuntura, tendo como indicadores os preços, a produção e a população. Numa segunda fase, e acolhendo influências inglesas e italianas, cultivaram-se temas de história social rural. Objectos tradicionais da história agrária (paisagens, técnicas, sistemas de cultivo e propriedade) constituíram igualmente objecto de análise. Este artigo propõe-se fazer um balanço dos resultados da investigação desenvolvida e apresentar alguns dos problemas em aberto.

Palabras clave: historia rural, agricultura, sociedad rural, antiguo réxime, Portugal.

ABSTRACT: Until the 1960s, Portuguese rural life had been a subject of analysis mostly for jurists, ethnographers, and geographers. Since then, research on rural history of the early modern period has begun, in the context of an opening of Portuguese historiography to unexplored territories. At a first stage, early modernist historians, following the guide lines of French and Spanish historiography, focused on conjunctural issues, dealing with indicators such as commodity prices, production and population. Later, welcoming English and Italian historiographical influences, they turned to subjects on rural social history. Traditional matters of agrarian history

(landscapes, techniques, cultivation systems, property) have also drawn their attention. This article intends to chart a state of the art balance, comprehending both the results of the already carried out research and the problems still under observation.

Key words: Rural History, Agriculture, Rural Society, «Ancien Régime», Portugal.

1. OLHARES SOBRE A VIDA RURAL PORTUGUESA (SÉCULO XIX)

Os estudos sobre história rural portuguesa iniciaram-se em finais do século XVIII, num contexto de aceso debate sobre o ordenamento jurídico e institucional da agricultura e de promoção do desenvolvimento económico do País inspirado pelas ideias fisiocráticas.

Os autores destes estudos são intelectuais, ligados à Academia Real das Ciências de Lisboa e juristas-professores da Universidade de Coimbra ou advogados defensores de interesses das casas senhoriais. Da literatura produzida pelos primeiros destacam-se seis volumes de *Memórias*, duas especialmente dedicadas à *Agricultura* e quatro denominadas de *Económicas*, ocupando-se também estas, da problemática da agricultura¹.

Por seu lado, da pena dos homens das leis saíram análises históricas referentes aos fundamentos jurídicos do regime senhorial – doações, forais – bem como sobre a natureza da tributação que incidia sobre a agricultura².

Os estudos sobre as questões dos regimes de posse da terra prosseguiram após a Revolução Liberal, acompanhando o esforço legislativo tendente à implantação de concepções de propriedade perfeita, liberta de «servidões» e de vínculos que impediam a sua fruição plena. Alexandre Herculano, historiador particularmente comprometido com o processo de construção do regime político liberal, produziu vários estudos de relevo, nomeadamente sobre a problemática dos forais e dos vínculos³. Este pensador publicou ainda muitas outras páginas, de História ou de Literatura, de onde

1. *Memorias de agricultura premiadas pela Academia Real das Sciencias de Lisboa em 1787, e 1788*. Lisboa, na officina da mesma Academia Real, 1788-1791; *Memórias económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas: 1789-1815*. Introdução e direcção de edição de José Luís Cardoso, Lisboa, 1990-1991, 5 vol.

2. FERRÃO, Francisco António Fernandes da Silva: *Repertorio commentado sobre foraes e doações regias*. Lisboa, 1848, 2 vol.

3. HERCULANO, A.: *Opúsculos*. Lisboa, 1907-1908, 6 vol.

emergem instituições e imaginários – municípios e lendas – de matriz medieval (bem ao gosto do tempo), mas que perduraram na Idade Moderna.

Outro escritor oitocentista que manifestou interesse pelas questões da História foi Luís Rebello da Silva. Escreveu, entre outros trabalhos, uma *História de Portugal* dos séculos XVII e XVIII⁴ e a *Memória sobre a população e a agricultura de Portugal desde a fundação da monarquia at 1865*, que abrange o período entre 1097 e 1640⁵.

No último quartel do século XIX, destacam-se no estudo da vida rural alguns etnógrafos – Teófilo Braga, Adolfo Coelho e José Leite de Vasconcelos – que se iniciaram no estudo da literatura e tradições populares evoluindo depois para a análise de aspectos económicos e sociais.

2. AS ABORDAGENS DE CARIZ ETNOGRÁFICO E GEOGRÁFICO (A PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX)

Os trabalhos de etnografia prosseguem no século XX, agora com uma orientação claramente sociológica e etnológica que lhe é conferida por Jorge Dias. Entre os diversos livros deste autor destacam-se as monografias de comunidades rurais de montanha – Vilarinho das Furnas ou Rio de Onor⁶ – marcadas por sobrevivências comunitárias, e os estudos sobre tecnologia agrária – aparelhos de elevar a água de rega, arados, habitações rurais e construções anexas (moinhos, espigueiros) – alguns deles feitos em colaboração com Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano⁷.

Ao mesmo tempo, alguns geógrafos faziam incursões retrospectivas na História para estudar problemas persistentes no presente, caso do jovem Fernandes Martins que estudou as cheias do Mondego em perspectiva histórica⁸.

Dos trabalhos desses geógrafos destacam-se aqueles que se ocuparam da divisão regional do país – Amorim Girão e Orlando Ribeiro. Este último publicou, em 1945, o livro – *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico* – referência incontornável da história rural portuguesa. Numa simbiose entre Geografia (física e humana) e História, Orlando Ribeiro divide o território português em três áreas geográficas fundamentais – Norte Atlântico, Norte Interior e Sul – salientando os contrastes

4. SILVA, L. A. R. da: *História de Portugal nos séculos XVII e XVIII*. Introdução de Jorge Borges de Macedo, Lisboa, 1971, 6 vol.

5. SILVA, L. A. R. da: *Memória sobre a população e a agricultura de Portugal desde a fundação da monarquia até 1865, parte I, 1097 a 1640*. Lisboa, 1868.

6. DIAS, J.: *Rio de Onor: comunitarismo agro-pastoril*. Porto, 1953

7. DIAS, J., GALHANO, F., OLIVEIRA, V. de: *Sistemas primitivos de moagem em Portugal*. Porto, 1963, 2 vol.

8. MARTINS, F.: *O esforço do homem na bacia do Mondego*. Coimbra, 1940.

(Norte e Sul, Interior e Litoral) e os factores de unificação, e revelando a articulação complexa entre influências mediterrânicas e atlânticas. Os contrastes entre o Norte e o Sul são, igualmente, evidenciados noutra obra – *Geografia e Civilização* – onde aborda as características da «civilização do granito» do Norte e da «civilização da argila» do Sul. Dedicou-se ainda este autor ao estudo do comunitarismo agrário e da economia pastoril, temas de fundamental importância para a História Moderna.

Até à década de sessenta do século XX, os trabalhos sobre vida rural portuguesa saíram fundamentalmente da pena de geógrafos e etnógrafos⁹. Da parte dos historiadores mantinha-se uma perspectiva de análise histórica institucional e política, de matriz positivista. A vigilância política do regime salazarista sobre a produção historiográfica académica impediu o alargamento do campo da História a novos territórios, nomeadamente à história económica e social, coarctando a vontade de inovação manifestada por muitos professores das universidades. A investigação em história agrária, susceptível de contradizer os valores ideológicos de uma sociedade rural mitificada, não cabia na investigação histórica universitária.

Num tempo em que a história dos descobrimentos portugueses era particularmente fomentada, o tema de história rural que mais concitou o interesse dos historiadores foi o da introdução na agricultura portuguesa de uma planta vinda das «conquistas» – o milho grosso. Vários autores – Orlando Ribeiro, Magalhães Godinho e António de Oliveira – dedicaram-se ao estudo da proveniência, natureza botânica, vias de chegada, data e lugar da entrada, difusão e impacto nos sistemas agrários da planta revolucionária¹⁰.

O *Dicionário de História de Portugal*, publicado na década de sessenta do séc. XX, dá-nos o estado da arte relativo ao saber produzido até esse momento¹¹. A entrada referente à «agricultura», foi redigida pelo geógrafo Orlando Ribeiro. Na parte final do artigo escreve: «A história rural portuguesa é um domínio afluído por agrónomos, geógrafos, etnógrafos, historiadores, mas apenas ilustrado pelas amplas, profundas e minuciosas investigações de Alberto Sampaio em relação ao Noroeste. Daí as lacunas, incertezas e conjecturas desta resenha».

No campo da história da agricultura destacam-se, entretanto, na obra em análise, os artigos sobre técnicas agrárias escritos pelos etnógrafos Jorge Dias e Fernando Galhano, os relativos a contratos agrários e forais do jurista Almeida e Costa

9. CALLIER-BOISVERT, C.: «La vie rurale au Portugal. Panorama des travaux en langue portugaise». *Études Rurales*, 27, 1967, pp. 95-134.

10. RIBEIRO, O.: «Cultura do milho, economia agrária e povoamento». *Biblos*, vol. XVII, Coimbra, 1941, pp. 645-663; GODINHO, V. M.: «O Milho Maiz - Origem e Difusão». *Revista de Economia*, vol. XV, 1963, pp. 33-38; OLIVEIRA, A. de: «Para a História do Significado Botânico de Milho Zaburro». *Arquivo Coimbrão*, 23, 1967.

11. SERRÃO, J. (dir): *Dicionário de História de Portugal*, 1ª edição, 4 volumes, 1965-1971.

e o referente a «baldios» de Armando de Castro. Contributos particularmente inovadores são os de Vitorino Magalhães Godinho nos artigos «sociedade portuguesa», «complexos histórico-geográficos» e «preços». Neste último, o autor dava conta dos resultados da sua obra publicada em Paris, em 1955 – *Prix et monnaies au Portugal, 1750-1850*¹² – em que apresentava a evolução dos preços de diversos produtos, entre eles os dos cereais, do vinho e do azeite, praticados em vários mercados portugueses. Este historiador que se revelava, então, como um dos mais inovadores no campo da História Moderna, introduzia em Portugal os estudos de conjuntura em voga na historiografia europeia.

3. PIONEIROS DE UMA NOVA HISTÓRIA RURAL

Vitorino Magalhães Godinho colhera, em França, junto dos grandes mestres do tempo – Lucien Febvre, Braudel e Labrousse – as novas formas de fazer história. O afastamento forçado da Universidade portuguesa, por motivos de natureza política, iria, igualmente, permitir a outros historiadores contactar de perto com as historiografias europeias ou americana. Foi o caso do medievalista António Henriques de Oliveira Marques, que escreveu, em 1961, um estudo com o título *Introdução à História da Agricultura em Portugal*, publicado inicialmente na Revista da Faculdade de Letras de Lisboa, numa edição muito restrita e pouco divulgada, o que denota a desvalorização, pelos meios académicos, da história rural. A obra, com actualizações, viria a ser publicada, em 2ª edição, pelas Edições Cosmos na colecção *A marcha da Humanidade*, dirigida por Vitorino Magalhães Godinho, com o subtítulo *A questão cerealífera durante a Idade Média*.

O problema em análise neste estudo é o da escassez de cereais no País decorrente do desequilíbrio estrutural entre produção e consumo. Na tentativa de dar uma resposta a esta questão, o autor aborda, de uma forma sistemática, os temas da produção, do comércio e do consumo de cereais na Idade Média, com algumas referências ao período moderno. As circunstâncias em que se processava a cultura dos cereais leva o autor a rebater «a tese clássica de explicar a deficiência cerealífera do País pelo abandono das culturas, resultante da falta de mão-de-obra e do desinteresse, provocados, uma e o outro, pela expansão ultramarina» e a afirmar que «o desfavor das condições naturais pode e deve colocar-se em primeiro lugar, na teoria explicativa do deficit crónico do País em cereais para consumo»¹³.

Esta obra de Oliveira Marques foi elaborada a partir dos contributos mais inovadores da historiografia rural europeia, facto evidenciado na citação de estudos

12. GODINHO, V. M.: *Prix et monnaies au Portugal: 1750-1850*. Paris, 1955

13. MARQUES, A. H. de O.: *Introdução à História da Agricultura em Portugal*. 2ª ed, Lisboa, 1968

espanhóis, franceses, italianos, ingleses e alemães e na comparação de aspectos da vida rural portuguesa com a de outros países.

Na mesma colecção dirigida por Vitorino Magalhães Godinho publicava-se, em 1971, a versão em português da tese de 3º ciclo de Miriam Halpern Pereira, defendida em Paris, em 1961, e elaborada sob supervisão de Pierre Vilar, com o título *Livre Câmbio e Desenvolvimento Económico. Portugal na Segunda Metade do Século XIX*. Nesta obra a autora abordava as questões populacionais (estrutura demográfica, crescimento populacional e seu reflexo no crescimento urbano e emigração); a paisagem agrária (alargamento da área cultivada); as técnicas agrícolas (processos culturais e instrumentos agrícolas com destaque para a introdução dos adubos químicos e da mecanização); a agricultura capitalista (viticultura); os preços (cereais, azeite, vinho e carne); as relações comerciais com outros países (importações e exportações). Numa dimensão de história social aborda-se ainda, neste livro, o problema da revolução minhota da Maria da Fonte e, numa perspectiva política, os projectos de reforma agrária oitocentistas¹⁴.

O livro de A. H. de Oliveira Marques centra-se, fundamentalmente na análise da época medieval, ocupando-se o de Miriam Halpern Pereira do século XIX português. Ambos contêm temáticas, construções teóricas e metodologias pioneiras de uma nova história rural portuguesa. Igualmente pioneiro, mas na área da história moderna, foi o estudo de geo-história agrária do historiador francês Albert Silbert intitulado *Le Portugal Méditerranéen à la Fin de l'Ancien Régime. XVIII-Début du XIX Siècle. Contribution à l'Histoire Agraire Comparée*¹⁵.

Num tempo em que, em França, se realizavam monografias regionais, Albert Silbert foi aconselhado por Braudel a escolher as regiões da Beira Baixa e Alentejo para realizar um estudo, que viria a ser apresentada na Sorbonne, em 1963, tendo sido editada pela École Pratique des Hautes Études em 1966. Neste livro, constituído por três volumes, Silbert descreve, de forma detalhada, as paisagens agrárias e as principais culturas (cereais, vinha e olival), a organização dos campos, as áreas incultas e seus respectivos recursos, as zonas de cultura intensiva e extensiva, as técnicas e os sistemas de cultivo. Analisa ainda os tipos de propriedade e o regime jurídico de exploração da terra, na zona, por excelência do latifúndio português, articulando-os com a organização social da qual identificou os principais grupos: grandes proprietários, lavradores, seareiros e assalariados.

Equaciona, igualmente, os problemas da economia agrícola alentejana, em especial o da interdependência entre a agricultura e a pecuária, em alguns casos da

14. PEREIRA, M. H.: *Livre Câmbio e Desenvolvimento Económico. Portugal na Segunda Metade do Século XIX*. Lisboa, 1971.

15. SILBERT, A.: *Le Portugal Méditerranéen à la Fin de l'Ancien Régime. XVIII-Début du XIX Siècle. Contribution à l'Histoire Agraire Comparée*. 2ª edição, Lisboa, 1978.

sujeição da exploração agrícola aos interesses da pecuária. Neste contexto, aborda o significado e os «equivocos sociais» das práticas de «openfield» e da «vaine pature», isto é do «coletivismo agrário» que demonstra tanto poder servir os interesses das comunidades camponesas (Norte) como os dos grandes criadores de gado (Sul).

O autor, que tinha como referências teóricas e metodológicas as obras de Marc Bloch, manifestou a constante preocupação de comparar as paisagens agrárias e os sistemas de cultivo portugueses com os de outros espaços europeus, africanos e americanos.

A obra de Silbert viria a constituir-se como uma obra de referência dos historiadores modernistas que se dedicam ao estudo do Alentejo e da Beira Baixa, assim como de outros espaços.

A região alentejana viria atrair o interesse de outro historiador francês, Jacques Marcadé, que a escolheu como quadro espacial das suas investigações, tendo publicado sobre ela vários estudos, alguns deles de índole económica e social¹⁶.

4. A RENOVAÇÃO DA HISTORIOGRAFIA PORTUGUESA A PARTIR DE 1970

A partir dos inícios da década de 70 do século XX, a historiografia portuguesa, liberta dos constrangimentos de natureza política, e renovada por jovens investigadores que integraram os quadros de Universidades já existentes, bem como das novas Universidades então criadas, lançou-se à aventura da descoberta de novos «territórios», alguns deles já trilhados pelas historiografias europeias.

Uma das épocas históricas menos desbravadas da nossa história era a Contemporânea. Constituíram-se, assim, como prioridades historiográficas os estudos da Revolução Liberal e da Regeneração oitocentista e, no século XX, da Primeira República e do Estado Novo. No que diz respeito à história rural, a conjuntura revolucionária, e de forma particular a reforma agrária, levaram muitos historiadores a debruçarem-se sobre o século XIX, período em que se operaram várias reformas no quadro jurídico da agricultura e se criaram as condições para a implantação de relações capitalistas nos campos. Neste contexto, o Alentejo constituiu-se como palco privilegiado de análise histórica.

Assim, em Setembro de 1974, Manuel Villaverde Cabral publicava uma obra, escrita em Londres e em Paris, em que dava conta de alguns dos principais problemas da agricultura portuguesa (destacando, como o maior, a baixa produtividade) e inserindo na obra vários textos produzidos nos séculos XIX e XX referentes a questões agrárias¹⁷. Por sua vez, no ano seguinte, Henrique de Barros editava um

16. MARCADÉ, J.: *Une comarque portugaise - Ourique - entre 1750 et 1800*. Paris, 1971.

17. CABRAL, M. V.: *Materiais para A História da Questão Agrária em Portugal - Séc. XIX e XX*. Porto, 1974.

livro de cariz marcadamente teórico sobre sistemas de organização da economia agrícola¹⁸.

Os temas e problemas que suscitaram mais interesse da parte dos historiadores que se dedicaram ao século XIX foram a desamortização de bens das corporações religiosas¹⁹ e da propriedade comunitária²⁰, o atraso económico português²¹ e a formação do espaço económico nacional²².

No que diz respeito à época moderna, estavam também criadas as condições para que os temas da história económica e social rural passassem a constituir objecto de artigos de revistas universitárias e de teses de doutoramento.

4.1. *Os estudos de conjuntura: preços, produção, população*

O primeiro historiador modernista português a dedicar-se, de forma consistente, à investigação no campo da história rural da Época Moderna foi Aurélio de Oliveira. Em 1970, apresentou na Faculdade de Letras do Porto, como tese de licenciatura, um estudo sobre a Abadia de Tibães, mosteiro beneditino sediado na região de Entre Douro e Minho²³. Neste trabalho, de natureza eminentemente económica, o autor centrou-se na caracterização do domínio territorial e nas formas de gestão do património da maior casa senhorial monástica do norte do país.

Para tese de doutoramento prosseguiu a exploração do rico núcleo documental da abadia beneditina, centrando-se agora, sob orientação de Le Roy Ladurie, no estudo da evolução da produção agrícola e no apuramento de índices de produtividade. Os primeiros resultados desta investigação foram apresentados no VII^e Congrès International d' Histoire Economique, na comunicação intitulada «Dîmes et mouvement de la production agricole: Nord-Ouest portugais, 1626-1821» e, em 1979, defendeu a sua tese de doutoramento intitulada *A Abadia de Tibães, 1630/80-1813. Propriedade, Exploração e Produção Agrícola no Vale do Cávado*

18. BARROS, H.: *Os Grandes Sistemas de Organização da Economia Agrícola*. Lisboa, 1975.

19. SILVA, A. M. da: *Nacionalizações e privatizações em Portugal: a desamortização oitocentista*. Coimbra, 1997; SILVEIRA, L. N. E.: *Revolução liberal e propriedade. A venda dos bens nacionais no distrito de Évora (1834-1852)*. Lisboa, 1998.

20. NETO, M. S.: «A população de Mira e a desamortização dos baldios na segunda metade do séc. XIX». *Revista Portuguesa de História*, 19, 1981.

21. REIS, J.: *O atraso económico português em perspectiva histórica: estudos sobre a economia portuguesa na segunda metade do século XIX 1850-1930*. Lisboa, 1993.

22. JUSTINO, D.: *A formação do espaço económico nacional: Portugal: 1810-1913*. Lisboa, 1988-1989, 2 vol.

23. OLIVEIRA, A. de A.: *Tibães (1630-1680), Estudo sócio-económico de uma Abadia Beneditina do Noroeste Português*. Porto, 1970.

*durante o Antigo Regime*²⁴, obra que marcava a recepção em Portugal dos estudos de conjuntura agrícola, utilizando como indicador os dízimos.

Tendo como modelo este estudo, realizaram-se, sob orientação de Aurélio de Oliveira, outros similares para os mosteiros beneditinos de Ganfei (Valença) e Bustelo (Penafiel) e para o cisterciense de Santa Maria do Bouro²⁵.

Romero Magalhães foi igualmente um historiador pioneiro nos estudos de história económica moderna, evidenciando uma particular sensibilidade para o tratamento da problemática do mundo rural. Com efeito, em 1967, e sob orientação de Vitorino Magalhães Godinho, elaborou a sua tese de licenciatura sobre o *Algarve Económico no século XVI*²⁶. E, em 1984, na dissertação de doutoramento, apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, dava conta da prossecução das suas investigações sobre a economia e a sociedade algarvias no período que decorre entre 1600-1773²⁷. Este trabalho contém uma caracterização da produção agrícola, tanto nos seus aspectos estruturais como conjunturais. As verbas dos arrendamentos de dízimos, celebrados pelo cabido de Faro, cruzadas com os preços e confrontadas com informação qualitativa, permitiram-lhe traçar as linhas de tendência da evolução das rendas no Algarve ocidental, central e oriental, bem como identificar os momentos de crise da economia agrícola algarvia – economia de cariz mediterrânico que tinha como principal suporte as frutas, em especial o figo, destinadas à comercialização.

Os estudos de conjuntura agrária prosseguiram, sob orientação de Romero Magalhães, para a região da Beira Alta. Os registos de dízimos do Cabido de Viseu permitiram a João Nunes de Oliveira traçar a evolução da produção agrícola entre 1550 e 1840, em duas obras, constituindo uma delas a sua tese de doutoramento. Os dados referentes ao pagamento do tributo eclesiástico cruzam-se nestes estudos com os provenientes de registos paroquiais, o que permitiu ao autor analisar, de forma interactiva, a evolução da população e da produção²⁸. Num quadro mais amplo, o livro *Beira Alta. 1700-1840. Gentes e Subsistências* apresenta-nos a vida económica da Beira (a Litoral e a Interior) – de matriz agrícola complementada com as actividades de criação de gado e artesanal e dinamizada pelo comércio

24. OLIVEIRA, A.: *A Abadia de Tibães, 1630/80-1813. Propriedade, Exploração e Produção Agrícola no Vale do Cávado durante o Antigo Regime*. 2 vols., Porto, 1979.

25. MAIA, F. P. S.: *O Mosteiro de Bustelo: Propriedade e Produção Agrícola no Antigo Regime (1638-1670 e 1710-1821)*. Porto, 1991; MOTA, S. M.: *Cistercienses, Camponeses e economia rural no Minho na época do Antigo Regime. O Mosteiro de Santa Maria do Bouro e o seu domínio*. Lisboa, 2006.

26. MAGALHÃES, J. R.: *Para o estudo do Algarve económico durante o século XVI*. Lisboa, 1970.

27. MAGALHÃES, J. R.: *O Algarve Económico, 1600-1730*. Lisboa, 1988.

28. OLIVEIRA, J. N. de: *A Produção Agrícola de Viseu entre 1550 e 1700*. Viseu, 1990; *Idem, Gentes e subsistências. Beira Alta. 1700-1840*. Viseu, 2005.

interno e em menor grau pelo externo – nas suas configurações estruturais e conjunturais.

Outra região para a qual dispomos de sólidos estudos de conjuntura é o Alentejo. Albert Silbert ao analisar as petições endereçadas às cortes liberais concluiu que a revolução de 1820 tinha ocorrido num contexto de crise da economia alentejana expressa numa «decadência da lavoura» e na substituição da cerealicultura pela pecuária²⁹. Uma análise em longa duração deste problema levou o historiador francês a concluir que a sobreposição da pecuária à agricultura, identificada nos inícios do século XIX, não se configurava como um fenómeno de crise, conjuntural nem estrutural, mas um «fait de structure».

David Justino retomou a análise desta questão da «crise» e «decadência» da economia alentejana, em finais do Antigo Regime, a partir de fontes não utilizadas por Silbert: as séries regionais de preços do trigo e da cevada entre 1684 e 1820. Com base nesta informação quantitativa, cruzada com alguma de natureza qualitativa, este autor colocou a hipótese de o Alentejo ter vivido nas décadas imediatamente anteriores à Revolução Liberal «uma situação de crise não só conjuntural mas também estrutural»³⁰.

Rui Santos, por sua vez, retomou o tema e o problema da economia agrária alentejana para elaborar a sua tese de doutoramento³¹. Construiu o seu trabalho com base na análise de um sistema de variáveis – preços de produtos agrícolas (cereais) e pecuários, efectivos demográficos, rendas das herdades – cujo comportamento foi analisado num tempo longo: anos de 1595 a 1850. A análise das relações recíprocas entre os indicadores atrás referidos, permitiu identificar «um processo longo de reestruturação», pontuado por «crises conjunturais», gerando desequilíbrios e reequilíbrios num quadro de permanências de paisagens, técnicas agrícolas e regimes de propriedade e de algumas mudanças ao nível da distribuição da terra e de redimensionamento das explorações. A partir de meados do século XVIII, o sistema económico alentejano demonstra uma «incapacidade de sustentação do crescimento demográfico», situação que só encontrará resposta no período pós-liberal, num quadro de alterações de relações de propriedade, de abolição de dízimos e direitos senhoriais e de criação de novas condições de mercado.

O bloqueamento da estrutura económica, a partir de meados de oitocentos, e a sua incapacidade para dar resposta ao crescimento populacional é igualmente evidenciado para a região beirã por João Nunes Oliveira.

29. SILBERT, A.: *Le Problème agraire portugais au temps des premières Cortès libérales (1821-1823)*. 2ª edição, Paris, 1985.

30. JUSTINO, D.: «Crises» e «decadência» da economia cerealífera alentejana no século XVIII». *Revista de História Económica e Social*, 7, 1981, pp. 29-80.

31. SANTOS, R.: *Sociogénese do latifundismo moderno. Mercados, crises e mudança social na região de Évora, séculos XVII a XIX*. Lisboa, 2003

Contributos para o estudo da conjuntura agrária setecencista encontram-se ainda nas teses de doutoramento de Inês Amorim, Fernando Taveira e na elaborada por mim própria³². Na primeira aborda-se o comportamento de preços de produtos agrícolas e de dízimos de igrejas da Beira Litoral, nas segundas estuda-se a evolução das rendas da Universidade de Coimbra e do mosteiro de Santa Cruz, provenientes de bens situados na região centro do país.

4.2. *Propriedade, rendas, contestação anti-senhorial*

Aurélio de Oliveira, nos seus estudos sobre a Abadia de Tibães abordou as questões de regime de propriedade e de exploração bem como as referentes à renda agrícola³³.

Estas temáticas constituíram, igualmente, o núcleo central da docência e da investigação em história rural orientada por Luís Ferrand de Almeida, professor da Faculdade de Letras de Coimbra, em seminários de licenciatura e do mestrado em História Moderna, criados após 1974. A pesquisa incidiu, numa primeira fase, em tombos de senhorios eclesiásticos, sediados na região centro do país – mosteiros de Santa Cruz de Coimbra, Santa Clara, São Marcos, Lorvão, Arouca, Cabido – e no núcleo documental da Universidade e permitiu estudar, por um lado, a composição do património e da renda senhorial e, por outro, as paisagens agrárias e sistemas de cultivos, as dimensões das unidades de exploração e o enquadramento jurídico da exploração da terra. É neste campo que se situam os trabalhos de Hélder Fonseca, Isabel Serrão, Judite Seabra e Maria do Rosário Campos³⁴. Por sua vez, Ferrand de Almeida publicou alguns artigos fundamentais para a história rural portuguesa do século XVIII referentes à problemática da introdução e difusão do milho grosso ou às técnicas de transformação de produtos agrícolas e florestais³⁵.

32. FONSECA, F. T.: *A Universidade de Coimbra (1700-1771)*. Coimbra, 1995; AMORIM, I.: *Aveiro e sua Provedoria no séc. XVIII (1690-1814)*. Coimbra, 1996; NETO, M. S.: *Terra e Conflito. Região de Coimbra – 1700-1834*. Viseu, 1997.

33. OLIVEIRA, A. de: «A Renda Agrícola em Portugal Durante o Antigo Regime (séculos XVII-XVIII)». *Revista de História Económica e Social*, 6, 1980.

34. FONSECA, H. A.: «O senhorio de S. Marcos e a comunidade rural de Vale de Azares no séc. XVIII». *Revista Portuguesa de História*, 19. Coimbra, 1981; SERRÃO, I.: *Lorvão: senhorio eclesiástico e comunidade rural na 2ª metade do séc. XVIII*. Coimbra, 1987; SEABRA, M. J.: *Alvorge. Uma comunidade rural no séc. XVIII*. Coimbra, 1989; CAMPOS, M. do R. C. de: *Foz de Arouce no século XVIII. Economia agrária e reconversão agrícola*. Lousã, 1989.

35. ALMEIDA, L. F. de: «O engenho do Pinhal do Rei no tempo de D. João V». *Revista Portuguesa de História*, 10. Coimbra, 1962; *Idem*: «Sobre a introdução e difusão do milho mais em Portugal». *Páginas dispersas. Estudos de História Moderna de Portugal*. Coimbra, 1995.

A área da história rural constituiu-se como um dos campos de renovação historiográfica operada no seio da escola de Coimbra, tanto na Idade Moderna como na Medieval. Neste campo, destacam-se os estudos de Maria Helena da Cruz Coelho, nomeadamente a sua tese de doutoramento, defendida em 1983, com o título *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média: Estudo de História Rural*³⁶. O estudo da vida rural desta região foi continuado por mim para os séculos XVII e XVIII. Teve como ponto de partida o esclarecimento de um problema que resultou do confronto entre o regime de propriedade em vigor na Idade Média e os conteúdos das petições endereçadas às cortes liberais. Neste confronto, percepcionámos um sistema senhorial que se estruturara em tempos medievos, encontrando-se, em finais da centúria de setecentos em fase de desestruturação, mantendo, aparentemente, alguma rigidez normativa. O desafio assumido foi o da compreensão deste sistema utilizando fontes que revelavam o seu ordenamento jurídico e também aquelas que expressavam os elementos de desordem, os documentos judiciais.

A documentação senhorial, em especial a do núcleo documental do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, cruzada com a de outras casas (Cabido e Universidade), constituiu a matéria-prima da minha tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra em 1991, *Regime senhorial, sociedade e vida agrária. O mosteiro de Santa Cruz e a região de Coimbra, 1700-1834*³⁷. Numa primeira fase, ocupámo-nos do estudo do regime de propriedade e de exploração agrícola a partir da análise dos instrumentos jurídicos utilizados pelos senhores para materializarem o seu domínio no espaço – forais, contratos agrários e tombo – títulos que definiam também a relação entre senhores e enfiteutas. Numa segunda fase, analisámos a documentação produzida no contexto de pleitos judiciais.

Esta linha de pesquisa acabou por definir o tema central do estudo – a conflitualidade no mundo rural – em especial os movimentos que se geram em torno da defesa da propriedade comunitária, que se mobilizam contra o peso da renda senhorial ou contra as arbitrariedades de cobradores de rendas e outros poderosos locais – caso dos capitães de Ordenanças – ou os que expressam conflitos entre poderes, nomeadamente o senhorial e o concelhio.

As tensões sociais no mundo rural constituem um dos objectos privilegiados da minha investigação e a partir deles tenho estudado diversos temas como: a difusão da cultura da batata, o papel do clero e da mulher nos movimentos de

36. COELHO, M. H.: *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média: Estudo de História Rural*. Lisboa, 1989.

37. Publicada com o título: NETO, M. S.: *Terra e Conflito. Região de Coimbra – 1700-1834*. Viseu, 1997.

resistência às «vexações» das casas senhoriais, ou os conflitos entre senhorios e concelhos³⁸.

A região centro do país, em particular a faixa litorânea, foi aquela que manifestou o nível mais elevado de contestação anti-senhorial em finais do Antigo Regime, circunstância que se pode explicar pela alta densidade de senhorios, sobretudo eclesiásticos, e pela pesada tributação que incidia nesta área. O interesse pelo estudo desta problemática atraiu outros historiadores destacando-se os estudos de Nuno Monteiro³⁹.

Os movimentos populares agrários, de pendor anti-senhorial ou desencadeados por outras «opressões», registaram-se em todo o país, tendo sido objecto de aturada análise por parte de José Manuel Tengarrinha em vários estudos, de forma particular, na sua tese de doutoramento em que apresenta um notável esforço de inventariação e classificação dos conflitos nos campos, nos anos que decorrem entre 1751 a 1825⁴⁰.

O estudo da contestação popular setecentista filia-se numa linha de investigação que, desde os anos setenta do século passado, se ocupou dos movimentos anti-fiscais seiscentistas, em que trabalharam Aurélio de Oliveira, Ferrand de Almeida e António de Oliveira, historiador que se especializou no estudo destes fenómenos⁴¹.

4.3. População, família e propriedade

Uma das primeiras áreas de inovação historiográfica universitária foi a da demografia histórica introduzida, inicialmente, em teses de licenciatura que tiveram

38. NETO, M. S.: «Uma Provisão sobre Foros e Baldios: problemas referentes a terras de logradouro comum na região de Coimbra, no Séc. XVIII». *Revista de História Económica e Social*, Lisboa, 14, 1984, pp. 91-101; «Introdução e expansão da cultura da batata na região de Coimbra (sécs. XVII-XIX)». *Revista Portuguesa de História*, 29, Coimbra, 1994; «Uma mulher nas malhas da justiça senhorial na Gândara do século XVII». *Revista Portuguesa de História*, 31, Coimbra, 1996; «Contestação anti-senhorial em Poiães nos finais do século XVIII». *Revista do Centro de História da Sociedade e da cultura*, 1, Coimbra, 2001, pp. 327-350; «Senhorios e concelhos na época moderna: relações entre dois poderes concorrentes», em CUNHA, M. S. da e FONSECA, T. da (eds.): *Os Municípios no Portugal Moderno. Dos forais manuelinos às reformas liberais*. Lisboa, 2005, pp. 149-165.

39. MONTEIRO, N. G.: «Lavradores, Frades e Forais: Revolução Liberal e Regime Senhorial na Comarca de Alcobaça (1820-1824)». *Ler História*, 4, Lisboa, 1985, pp. 31-87; *Idem*: «Revolução liberal e regime senhorial: a «questão dos forais» na conjuntura vintista». *Actas do Colóquio Internacional A Revolução Francesa e a Península Ibérica*, *Revista Portuguesa de História*, 13, Coimbra, 1987, pp. 143-182.

40. TENGARRINHA, J. M.: «Lutas camponesas na transição do Antigo Regime para a sociedade liberal», em *Estudos de História Contemporânea de Portugal*. Lisboa, 1983, pp. 23-34; *Idem*: *Movimentos Populares Agrários em Portugal. vol. I (1751-1807), vol. II (1808-1825)*. Lisboa, 1994.

41. OLIVEIRA, A. de: *Movimentos sociais e poder em Portugal no século XVII*. Coimbra, 2002.

como objecto o estudo dos comportamentos demográficos em freguesias urbanas e rurais⁴². Em Coimbra, a orientação destes trabalhos coube a António de Oliveira que preparava ao tempo uma tese de doutoramento, muito inovadora, que viria a ser apresentada em 1972⁴³. Esta obra de história económica e social urbana integra um estudo da evolução da população nas freguesias urbanas e também nas do termo, de pendor mais rural.

O mesmo autor dedicou-se ainda ao estudo das migrações internas elaborando um artigo de fundamental importância para o conhecimento das deslocações sazonais dos trabalhadores agrícolas⁴⁴.

Dos temas de uma demografia mais clássica evoluiu-se, em seguida, para o estudo das estruturas familiares. Nesta área destaca-se Norberta Amorim, da Universidade do Minho, pela criação de uma metodologia de reconstituição de paróquias, bem como pelos estudos que tem produzido e orientado⁴⁵. Do tema da composição dos agregados familiares no mundo rural se ocupa igualmente Guilhermina Mota a nível da docência e da investigação⁴⁶. Sobre este assunto, a historiografia portuguesa conta com o importante trabalho de síntese elaborado por R. Rowland⁴⁷.

A relação entre família camponesa e propriedade foi introduzido como objecto de estudo em teses elaboradas no âmbito do mestrado em História Moderna, criado em Coimbra, em 1982. Neste contexto, e a partir de fontes notariais e registos orfanológicos, foram elaboradas investigações sobre comunidades rurais de montanha estudando-se níveis de fortuna, sistemas de transmissão de bens e crédito rural⁴⁸.

A problemática da família e da propriedade conheceu, entretanto, um maior desenvolvimento na Universidade do Minho, em especial por parte de Margarida

42. MOTA, G.: «Teses apresentadas à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Estudos de População». *População e Sociedade*, nº 3, 1997.

43. OLIVEIRA, A. de: *A Vida Económica e Social de Coimbra de 1537 a 1640*. Coimbra, 1972, 2 vols.

44. OLIVEIRA, A. de: «Migrações internas e de média distância em Portugal de 1500 a 1900. Eiras Roel, António, Rey Castelão, Ofélia (editores): *Migraciones internas y medium-distance en la Península Ibérica, 1500-1900*. Vol. II, Santiago de Compostela, 1993, pp. 1-27.

45. Destacamos a título de exemplo: AMORIM, N.: *Guimarães de 1580 a 1819, estudo demográfico*. Lisboa, 1987; *Idem: Uma metodologia de reconstituição de paróquias*. Braga, 1991.

46. MOTA, G. M. da: «Estruturas familiares no mundo rural: grupos domésticos no bispado de Coimbra em 1801». *Revista Portuguesa de História*, 24, 1988.

47. ROWLAND, R.: «Sistemas demográficos e padrões familiares em Portugal». *Ler História*, 4, 1994.

48. FILIPE, A. M. M.: *Comunidades rurais do Interior do Distrito de Coimbra na segunda metade do século XVIII. Um itinerário económico e social*. Coimbra, 1990; NEVES, L. G.: *A comunidade rural de São João do Monte: propriedade e relações sociais (1786-1820)*. Coimbra, 2002.

Durões que a ela tem dedicado vários artigos e a sua tese de doutoramento relativa a sistemas de herança e sucessão no concelho de Braga, trabalho elaborado a partir de testamentos⁴⁹. Este estudo trata das questões da propriedade e do património camponês e das leis e práticas de herança, relativas a uma região de elevada densidade populacional e de minifúndio. Espaço que se distingue ainda pela prática de um sistema intensivo de culturas, onde se intercalam os pastos e os cereais de Inverno com as culturas de milho e da vinha de enforcado. Num quadro jurídico de exploração agrícola regulada pela enfiteuse, impunha-se o princípio da indivisibilidade dos bens foreiros e da sucessão única. Segundo refere Margarida Durões, os camponeses minhotos adoptaram, entretanto, «um conjunto de estratégias e de procedimentos que visavam uma partilha, tanto quanto possível igualitária».

Ao princípio da indivisibilidade estava sobretudo sujeita a propriedade vinculada – morgadios e capelas – pertencentes às casas da nobreza, como comprovam os estudos de Nuno Monteiro sobre os Grandes de Portugal⁵⁰.

4.4. *Estudos de comunidades rurais*

A metodologia da micro-história começou por ser aplicada em Portugal em estudos de comportamentos morais e sociais em contexto rural. Joaquim Ramos de Carvalho procedeu à reconstituição dos perfis e estratégias sociais de pessoas denunciadas nas visitações episcopais, integrando-as na rede de relações interpessoais e no contexto económico e social. A sua obra distingue-se, também, pela apresentação de uma inovadora metodologia informática – *Micro History with Kleio* – uma base de dados relacional com capacidade de produzir fichas microbiográficas onde se encontram reunidas todas as ocorrências relativas a um indivíduo⁵¹. Uma informação que se pode obter com recurso a esta metodologia é a relativa ao sistema de apadrinhamento, um excelente indicador de relações de dominação e dependência e de estratégias sociais⁵².

49. DURÃES, M.: «Herdeiros e não herdeiros: nupcialidade e celibato no contexto da propriedade enfiteuta». *Revista de História Económica e Social*, 21, Lisboa, 21, 1987; Idem: *Herança e sucessão: leis, práticas e costumes no termo de Braga: séculos XVIII-XIX*. Braga, 2000.

50. MONTEIRO, N. G.: *O Crepúsculo dos Grandes. A casa e o património da aristocracia em Portugal (1750-1832)*. 2ª ed., Lisboa, 2003.

51. CARVALHO, J. R. de: *Comportamentos morais e estruturas sociais numa paróquia de Antigo Regime (Soure, 1680-1720)*. Coimbra, 1997.

52. CARVALHO, J.: «Micro-Historical Perspectives on Moral Choices: Case Studies from Early Modern Portugal», *e-JPH*, vol. 2, 2, 2004.; CARVALHO, J. e CASTIÇO, R.: «Interpersonal networks and the archaeology of social structures; using social positioning events to understand social strategies and individual behaviour». Paper presented to the *XXVth meeting of the Portuguese Economic & Social History Association*, Évora, 2005.

Por sua vez, a necessidade de conhecer o perfil social, bem como o contexto social e relacional de algumas mulheres acusadas de bruxaria, levaram José Pedro Paiva a inserir na sua tese um estudo de uma pequena comunidade – S. Martinho do Bispo, um couto da mitra de Coimbra, situado na periferia desta cidade⁵³. Graças ao cruzamento de múltipla informação nominal, foi possível reconstituir histórias de vidas das mulheres acusadas de bruxaria, encontrando assim os contextos sociais e as motivações de denunciante e denunciadas.

Igualmente na linha da micro-história, e utilizando metodologia definida por Ramos de Carvalho, Ana Isabel Ribeiro reconstituiu a estrutura social de uma comunidade da periferia da cidade de Coimbra, Eiras, indicando os recursos económicos (propriedade fundiária) e institucionais (cargos) que a sustentavam⁵⁴.

Nos anos 90 do século passado, a historiografia portuguesa acolheu várias temáticas da área da história dos comportamentos, sendo uma delas a problemática da violência em articulação com a da justiça. As novas investigações foram influenciadas por estudos europeus, mas também por portugueses, tendo desencadeado o artigo de António Hespanha «*Sábios e rústicos: a violência doce da razão jurídica*»⁵⁵, um interesse particular sobre o tema. Nesta área, e com base em querelas judiciais e escrituras de perdão, foram elaborados estudos de comunidades rurais da serra de Montemuro e sobre a vila estremenha de Óbidos⁵⁶.

4.5. *Património e rendimentos fundiários: um tema transversal da historiografia moderna*

Constituindo a terra a principal fonte de prestígio social e de poder, bem como uma das principais fontes de rendimento de grupos sociais e institucionais na Idade Moderna, os temas da história rural estão necessariamente presentes em muitos outros estudos, ainda que sob várias etiquetas.

A renovação da historiografia portuguesa modernista, ocorrida por volta de 1970 processou-se, no que diz respeito à história económica, social e institucional, no contexto de estudos locais e regionais bem como de instituições – confrarias, misericórdias, concelhos e senhorios.

A obra fundadora da história urbana portuguesa foi a tese de doutoramento de António de Oliveira, publicada em 1972, estudo cujo eixo central são os proble-

53. PAIVA, J. P.: *Bruxaria e superstição num país sem caça às bruxas (1600-1774)*. Lisboa, 1997.

54. RIBEIRO, A. I.: *Estruturas, redes e dinâmicas sociais: a comunidade de Eiras nos finais do século XVIII*. Coimbra, 2005.

55. HESPANHA, A.: «Sábios e rústicos: a violência doce da razão jurídica». *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 25/26, dezembro 1988, 1989.

56. RAMOS, A.: *Violência e justiça em terras de Montemuro. 1708-1820*. Viseu, 1998; ALVES, D.: *Violência e perdão em Óbidos (1595-1680)*. Coimbra, 2003.

mas da população em articulação com os das subsistências. O espaço escolhido foi o da cidade de Coimbra, a sede de um concelho urbano, e o seu vasto termo. Esta opção é justificada pelo autor nos seguintes termos: «A cidade não existe sem o campo. A região dominada por Coimbra, e em primeiro lugar o seu alfoz, não podia deixar de estar presente na intenção dos nossos estudos. Com ela, naturalmente, proprietários rurais e camponeses». A profunda articulação existente entre a cidade e o campo, em especial com a periferia envolvente, decorre de esta constituir a sua área de abastecimento quotidiano – tema tratado com muito desenvolvimento na obra deste autor – bem como no facto de a urbe coimbrã se assumir até aos anos trinta do século XIX como um importante centro de captação de rendas fundiárias, provenientes de vários pontos do país, suporte económico de muitas casas senhoriais sediadas na cidade – caso da Universidade⁵⁷ – bem como das elites da governança local.

Os estudos de história urbana contemplam, necessariamente, a relação cidade-campo, apresentando-se este como suporte e, em alguns casos, como fonte do dinamismo económico urbano – caso da ligação estreita entre a vida da cidade portuense e a agricultura e o comércio do vinho do Porto⁵⁸ – ou como sujeito de dominação da cidade⁵⁹.

Quando se pensa na história da região polarizada pela cidade de Aveiro, numa perspectiva económica, evocamos imediatamente as actividades relacionadas com a exploração do sal, a pesca (fluvial e marítima), a indústria cerâmica e o comércio externo. Da vida económica deste espaço fazem, no entanto, ainda parte os campos de milho e batata, e os espaços intercalares de floresta, senhoriados por várias casas eclesiásticas – mosteiro de Jesus ou Lorvão – e nobres – *Casa de Aveiro e do Infantado*. A tese de doutoramento de Inês Amorim – *Aveiro e sua Provedoria no séc. XVIII (1690-1814). Estudo económico de um espaço histórico* – contém importante informação, de natureza estrutural e conjuntural, para a caracterização da economia desse importante espaço litorâneo situado entre Coimbra e o Porto, em que os recursos da terra e do mar muitas vezes se complementavam⁶⁰.

Por sua vez, nas monografias sobre misericórdias, o campo surge como local de proveniência de rendimentos – sendo alguns constituídos por juros de empréstimos – mas também de pobres, de órfãos ou de expostos e das suas amas⁶¹.

57. FONSECA, F. T.: *A Universidade de Coimbra (1700-1771)*. Coimbra, 1995.

58. FERREIRA, J. A. P.: «A Economia do Vinho e o Crescimento do Porto, nos Séculos XVII ao XIX». *O Vinho na História Portuguesa, Séculos XIII-XIX*. Porto, 1983.

59. SOARES, S.: *O Município de Coimbra da Restauração ao Pombalismo. Poder e Poderosos*. Coimbra, 2001-2004, 3 vol.

60. AMORIM, I.: *Aveiro e sua Provedoria no séc. XVIII (1690-1814)*. Coimbra, 1996.

61. LOPES, M. A.: *Pobreza, Assistência e Controlo Social em Coimbra: 1750-1850*. Viseu, 2000, 2 vol.

Uma das áreas de particular interesse dos historiadores portugueses nas duas últimas décadas – em especial de Viriato Capela, professor na Universidade do Minho – tem sido o estudo dos concelhos, seguindo sobretudo três eixos temáticos: o papel dos municípios na gestão e ordenamento da vida económica das populações, os processos de formação e reprodução das oligarquias camarárias e as finanças municipais⁶². Em todas estas áreas o mundo rural está presente, seja na regulamentação de alguns aspectos da vida agro-pecuária, na constituição dos patrimónios das elites locais – bem como no condicionamento da produção e comercialização aos seus interesses – ou como fonte de captação de receitas, sob a forma de coimas ou de impostos municipais ou régios.

Quanto aos estudos sobre senhorios, aqueles que se ocuparam de casas eclesiásticas têm versado fundamentalmente os temas do património, da produção e das rendas, como já foi referido. Os referentes a casas senhoriais nobres, abordando embora temáticas de pendor mais social ou de poder, não têm esquecido a implantação territorial ou jurisdicional no território e o conseqüente impacto no mundo rural⁶³.

Num país pouco urbanizado, a interpenetração do rural e do urbano era uma constante, mesmo na capital do reino. Este facto é particularmente perceptível nos registos de décimas de prédios rústicos das freguesias da cidade de Lisboa, como comprovou Vicente Serrão na sua tese de doutoramento, *Os Campos da Cidade. Configuração das Estruturas Fundiárias da Região de Lisboa nos Finais do Antigo Regime*, em que apresenta as paisagens rurais de Lisboa e a distribuição social da propriedade rústica⁶⁴.

4.6. *A reflexão sobre questões agrárias. As políticas régias*

Um dos problemas com que se defrontou a cidade de Lisboa foi o do abastecimento de produtos agrícolas, em particular de cereais, que procurava no Alentejo, bem como em outras regiões servidas por vias de comunicação mais rápidas – os rios navegáveis ou o mar.

O abastecimento interno era, no entanto, sempre insuficiente, tornando a sede de poder régio dependente do «trigo do mar». Esta circunstância, acrescida de outras, foi produzindo reflexões sobre o atraso da agricultura portuguesa, de que

62. COELHO, M. H. e MAGALHÃES, J. R.: *O Poder Concelhio. Das Origens às Constituintes*. Coimbra, 1986; CAPELA, J. V.: *O Minho e os seus municípios. Estudos económico-administrativos sobre o município português nos horizontes da reforma liberal*. Braga, 1995.

63. LOURENÇO, M. P. M.: *A Casa e o Estado do Infanteado 1654-1706*. Lisboa, 1995; *Idem: Casa, Corte e Património das Rainhas de Portugal (1640-1754). Poderes e relações sociais*. Lisboa, 1999.

64. SERRÃO, J. V.: *Os Campos da Cidade. Configuração das Estruturas Fundiárias da Região de Lisboa nos Finais do Antigo Regime*. Lisboa, 2000.

destacamos os textos dos arbitristas do século XVII⁶⁵ – Severim de Faria, Duarte de Ribeiro de Macedo – e, de forma mais elaborada e detalhada, os produzidos por alguns «economistas» dos finais do século XVIII, em especial, os homens da Academia Real das Ciências de Lisboa. Ao estudo do pensamento destes últimos, bem como das suas propostas de mudança, têm-se dedicado vários autores, destacando-se José Luís Cardoso⁶⁶.

Alguns destes pensadores terão influenciado políticas régias, nomeadamente as promovidas no tempo da governação filipina ou as consignadas na legislação pombalina⁶⁷. Esta introduziu algumas alterações no regime de propriedade, nomeadamente em termos de desamortização, medidas que tiveram um forte impacto nas casas senhoriais, criando, para além disso, muitas expectativas de alívio de tributos, facto que alimentou a contestação anti-senhorial⁶⁸.

Estas expectativas só viriam a ser realizadas após a revolução liberal com a extinção de forais e a desamortização de bens das corporações eclesiásticas, temas particularmente estudados por historiadores que se têm dedicado ao século XIX. A mudança operou-se sobretudo ao nível jurídico e de mudança de proprietários de bens.

4.7. *Um estudo de caso: a história da vinha e do vinho do Porto*

O vinho do Porto – um dos principais produtos de exportação – foi sempre um objecto privilegiado da investigação histórica dos historiadores modernistas. Entre os temas estudados destacamos: a relação entre a cultura da vinha e a transformação da paisagem agrária duriense, a ligação do vinho com a dinâmica económica da cidade do Porto e do País ou as relações económicas e diplomáticas (tratado de Methuen) com os mercados internacionais.

Entre os muitos estudiosos desta temática destacamos Francisco Ribeiro da Silva, autor de vários trabalhos sobre esta matéria, entre os quais destacamos a sua tese de doutoramento – *O Porto e o seu termo (1580-1640): os homens, as instituições e o poder*⁶⁹ – apresentada à Faculdade de Letras do Porto, em 1986,

65. *Antologia dos economistas portugueses: (Século XVII)*. Selecção, prefácio e notas de António Sérgio. Lisboa, 1974.

66. CARDOSO, J. L.: *O pensamento económico em Portugal nos finais do século XVIII (1780-1808)*. Lisboa, 1989.

67. SERRÃO, J. V.: *O Pombalismo e a Agricultura*. Lisboa, 1987.

68. NETO, M. S.: «O impacto da legislação pombalina no mundo rural». Actas do Colóquio *O século XVIII e o Marquês de Pombal*. Oeiras, 2001, pp. 487-496.

69. SILVA, F. R. da: *O Porto e o seu termo (1580-1640): os homens, as instituições e o poder*. Porto, 1986.

em cujas páginas está presente a dinâmica económica e social portuense ligada à produção, transporte e comercialização do vinho do Porto.

Um dos momentos marcantes da história do Porto foi um motim, ocorrido em 1757, desencadeado por alterações na comercialização do vinho, associadas à criação, em 1756, da Companhia Geral da Agricultura da Vinha do Alto Douro. Este fenómeno de rebeldia foi objecto de uma repressão exemplar, susceptível de ser dissuasora de outras contestações⁷⁰.

A história do vinho do Porto é, neste momento, objecto de um projecto de investigação interdisciplinar. Em 1994, foi criado o *Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto* – GEHVID – que se propunha, nas palavras dos seus promotores, «congregar esforços de historiadores e arqueólogos, no sentido de desenvolver uma investigação aprofundada sobre a história da vinha e do vinho na região produtora do Alto Douro, desde as origens desse vinhedo, prestando particular atenção aos períodos mais antigos». Este grupo define, como linhas de investigação as seguintes: «o estudo da evolução do vinhedo duriense, das práticas de cultura da vinha e das técnicas de vinificação, os processos de internacionalização do produto ao longo dos tempos, as relações entre a região vinhateira e o Porto, o papel polarizador de centros regionais como Lamego ou Régua, a organização social, as modalidades de intervenção do Estado e de regulação regional».

Os seus propósitos têm sido atingidos, facto que está patente nas páginas da revista *Douro: Estudos e Documentos*, órgão, por excelência, de difusão dos resultados da pesquisa bem como em muitas outras publicações nomeadamente de Gaspar Martins Pereira⁷¹ e António Barros Cardoso⁷². Aurélio de Oliveira tem produzido vários trabalhos sobre a cultura da vinha, nomeadamente da região de Entre Douro e Minho⁷³. Por sua vez, João Nunes Oliveira dedica-se ao estudo do vinho do Douro na região de Lamego⁷⁴.

70. SILVA, F. R. da: *Absolutismo Esclarecido e Intervenção Popular. Os motins do Porto de 1757*. Lisboa, 1990.

71. PEREIRA, G. M.: *O Douro e o vinho do Porto: de Pombal a João Franco*. Porto, 1991.

72. CARDOSO, A. B.: *Baco e Hermes. O Porto e o Comércio Interno e Externo dos Vinhos do Douro (1700-1756)*. Porto, 2003, 2 vol.

73. OLIVEIRA, A. de: *Níveis de produção vinícola no Entre Douro e Minho, 1629-1822*. Porto, 1986.

74. OLIVEIRA, J. N.: «O vinho do Douro na Região de Lamego». *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, Coimbra, 3, 2003, pp. 119-152.

5. EM JEITO DE BALANÇO

Como decorre do atrás exposto, a história rural portuguesa foi, sobretudo nos anos sessenta e setenta do século XX, particularmente influenciada pela historiografia francesa (Meuvret, Labrousse, Ladurie), circunstância que se explica, desde logo, pelo facto de historiadores franceses – Albert Silbert, Marcadé – terem elaborado estudos sobre a vida rural de regiões portuguesas ou orientado historiadores portugueses – Le Roy Ladurie, Pierre Vilar. A recepção da historiografia espanhola foi também significativa, destacando-se, no caso da produzida na Universidade de Coimbra, a influência dos trabalhos realizados em Santiago de Compostela, em particular por e sob orientação de Eiras Roel.

Na primeira fase de cultivo mais intensivo da história rural, realizaram-se estudos de pendor mais económico – preços, produção, crises económicas – com uma acentuada componente quantitativa, e privilegiando o quadro regional.

A partir dos anos oitenta, fizeram-se sentir as influências da historiografia inglesa e italiana e abriram-se os campos da história social rural estudando-se movimentos sociais, comportamentos, estratégias e agentes sociais de exercício do poder. O quadro de análise continua a ser o da região, mas incide sobretudo na escala local (a paróquia e o concelho).

Perpassam, entretanto, por todo este período os temas de uma história agrária mais clássica atenta às técnicas, às paisagens e às questões da propriedade, sobretudo enfitêutica e comunitária. A tecnologia agrária praticada na zona de implantação dos monges cistercienses de Alcobaça nos séculos XVIII a XX é, no momento presente, objecto de uma tese de doutoramento, em curso na Faculdade de Letras de Coimbra, elaborada por António Maduro, autor de estudos sobre tecnologia do azeite⁷⁵.

Em termos de fontes destacam-se, numa primeira fase, os arquivos eclesiásticos – monásticos e de bispos e cabidos e, numa segunda, os de instituições – misericórdias e concelhos – e as fontes notariais.

Constituindo, embora, um tema incontornável para o historiador modernista, atendendo ao peso da agricultura na sociedade do Antigo Regime, a história rural, como campo historiográfico «autónomo», não está, no entanto, desde há alguns anos, na agenda da historiografia portuguesa. São indicadores desta situação a ausência de uma associação de história rural ou de uma revista expressamente dedicada a esta área. As Histórias de Portugal e outras obras da área da história económica⁷⁶, editadas

75. MADURO, A. V.: *A produção do azeite nas terras de Alcobaça: produção, tecnologia e relações sociais (séc. XVII a XX)*. Caldas da Rainha, 2002.

76. MATOSO, J. (dir.): *História de Portugal*. Lisboa, 1993, vols. III e IV. JOEL; MARQUES, O.: *Nova História de Portugal*. Lisboa, vol. V (1998), vol. VI (no prelo), vol. VII (2001); LAINS, P. e SILVA, Á. F. (org.): *História Económica de Portugal. 1700-2000. O Século XVIII* (vol. I). Lisboa, 2005.

ao longo da última década, integram sínteses relativas a vários aspectos da vida rural, mas não existe uma obra especialmente dedicada a este tema, construída com base nos resultados da investigação produzida nos últimos anos. Neste contexto, convém, no entanto, não esquecer as obras de Armando de Castro, sobretudo pelas hipóteses de explicação do sistema económico nelas contidas⁷⁷.

E não é fácil colmatar esta lacuna. Com efeito, quando tentamos apreender uma visão de conjunto, um primeiro problema com que nos deparamos é o facto de existirem zonas do País ainda não cobertas por monografias locais. Outra dificuldade reside na circunstância de o conhecimento sobre algumas problemáticas se circunscrever apenas a alguns espaços. Esta imagem, algo fragmentada, do conhecimento da vida rural portuguesa decorre do facto de os principais estudos existentes resultarem de projectos de investigação individual, inseridos em trabalhos académicos, sejam eles teses de licenciatura, mestrado ou doutoramento. Nestas circunstâncias, as lacunas referidas só poderão ser colmatadas através de projectos de investigação que agreguem equipas, de preferência multidisciplinares, capazes de tratar de forma sistemática, e para espaços mais amplos, alguns temas. Esta forma de trabalho permitiria, igualmente, a produção de um saber com base nas mesmas metodologias e modelos teóricos, o que facilitaria a comparação de resultados.

Alguma dificuldade em praticar uma história comparativa advém da circunstância de não dispormos, para todo o território, de fontes homogéneas, que forneçam dados de natureza quantitativa. Com efeito, a única fonte disponível para meados do século XVIII, e que contém as respostas a um inquérito emanado do poder central, são as *Memórias Paroquiais de 1758* que apenas nos permitem construir o mapa das principais culturas em todo o território nacional⁷⁸. Lamentamos, assim, o facto de não dispormos de um documento similar ao *Catastro de Ensenada*.

Albert Silbert expressou a sua insatisfação relativa aos núcleos documentais portugueses, que o impossibilitou de realizar estudos seriais, nos seguintes termos: « la base documentaire dont nous rêvions se révélait en effet introuvable. Nous n'avons rencontré aucune source statistique qui puisse servir à une étude complète de la propriété et de l'exploitation, aucune ne conduisant à une analyse scientifique du mouvement de la production, des revenus et même des prix, aucune qui permette un examen précis du paysage rural et de ses détails. C'est dire que l'application des méthodes rigoureuses de l'histoire économique,

77. CASTRO, A.: *As doutrinas económicas em Portugal na expansão e na decadência*. Lisboa, 1978; Idem: *Teoria do Sistema Feudal e Transição para o Capitalismo*. Lisboa, 1987.

78. A publicação destas fontes, referente à região de Entre-o-Douro e Minho, encontra-se em curso na Universidade do Minho, sob coordenação de José Viriato Capela. As referentes à região centro do país estão a ser publicadas por membros do Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, no âmbito do projecto de elaboração da *História da Região Centro de Portugal*.

sociale, géographique, telles qu'elles se conçoivent et se pratiquent actuellement, nous est apparue impossible. Il faudra d'ailleurs un miracle pour qu'elle ne le soit plus un jour »⁷⁹. As investigações de David Justino e de Rui Santos, nos arquivos da misericórdia de Évora e em arquivos municipais, vieram demonstrar que o milagre aconteceu, no respeitante a informação sobre preços e rendas. Consideramos, porém, que Silbert identificou um problema de fundo das fontes portuguesas, que configura uma dificuldade para a produção de resultados com uma base quantitativa mais sólida e mais comparável.

O conhecimento na área da história rural poderá, entretanto, avançar com a constituição de equipas de investigação susceptíveis de fazer levantamentos sistemáticos de fundos paroquiais, notariais, judiciais e dos arquivos de casas senhoriais e municípios. Necessário será também estabelecer um diálogo mais estreito com os arqueólogos, agrónomos e geógrafos bem como com outros cientistas sociais.

Ousando, entretanto, fazer um balanço, diremos que a parte litorânea do país, zona onde se situam as principais universidades – Braga, Porto, Coimbra e Lisboa – conta com mais estudos do que o interior do país. A excepção a esta regra são as Beiras, o Alentejo e o Algarve, áreas que dispõem de estudos excelentes de história rural. Quanto aos períodos históricos, os séculos XVI e XVII contam com menos obras do que o XVIII.

A nível temático atrevemo-nos a emitir a seguinte opinião:

Tendo partido da excelente sistematização elaborada pelo geógrafo Orlando Ribeiro, a investigação tem confirmado e completado o quadro traçado por este autor no que concerne às paisagens agrárias e aos sistemas de cultivo. Conhecemos igualmente as principais culturas – produtos hortícolas, milho, centeio, vinha, olival, pomares – bem como os traços estruturantes da evolução da produção, estando igualmente identificadas as principais crises agrárias que o País viveu dos séculos XVI ao XVIII. Gostaríamos, no entanto, de possuir informações mais precisas que nos permitissem medir o impacto da introdução do milho grosso ou da batata nas economias familiares.

Possuímos, igualmente escassa informação sobre níveis de produtividade e volumes de produção. Estando muito generalizado, em Portugal, o sistema de cobrança de rendas através de contratadores, e sendo escassos os arquivos de lavradores abastados, este tipo de informação tem sido obtida a partir de contabilidades monásticas e sobretudo para os espaços de reserva senhorial.

O problema da função e aproveitamentos da propriedade comunitária, bem como a intensa conflitualidade gerada em torno das questões dos direitos de posse

79. SILBERT, A.: *Le Portugal méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime. XVIII-Début du XIX^e siècle. Contribution à l'histoire agraire comparée*. Paris, 1966, vol. I, p. 10.

e fruição da terra, tem sido um tema sobre o qual tenho escrito alguns artigos⁸⁰. Impõe-se, no entanto, um estudo específico sobre a problemática da floresta – composição, fenómenos de desflorestação e reflorestação – bem como sobre outros recursos naturais, caso da água. Gostaríamos, igualmente, de conhecer melhor a relação entre agricultura e pecuária, em particular na região centro.

A articulação entre a produção agrícola e o mercado está ainda envolta em zonas de penumbra, sobretudo em espaços afastados do litoral. Num contexto em que os municípios se norteavam por uma política virada sobretudo para o consumidor, condicionando a circulação para o exterior de bens alimentares, não temos ainda uma imagem suficientemente clara das vias, dos agentes e dos fluxos de circulação de produtos agrícolas. A clarificação desta temática permitiria ainda explicar a relação existente entre o crescimento das cidades e as possibilidades de garantir o seu abastecimento.

Alguns agentes de comercialização do pão eram, como demonstrou Aurélio de Oliveira, os contratadores de rendas das casas senhoriais, personagens que conhecemos mal, bem como as redes em que se inseriam. A área da história social rural é, de facto, aquela que regista mais lacunas nomeadamente ao nível dos estudos sobre estratificação social, distribuição social da propriedade e apropriação social do produto agrícola, sistemas de transmissão de bens e níveis de fortuna.

Por sua vez, os estudos disponíveis relativos aos movimentos de contestação camponesa – anti-senhorial e outros – ganharão consistência com um conhecimento mais profundo do perfil social dos seus actores, bem como das relações de dominação e dependência em que estão inseridos.

As pesquisas em processos inquisitoriais e judiciais, visitas pastorais e escrituras notariais efectuadas com objectivo de estudar processos de modelação de comportamentos têm-se revelado muito ricas no desvendar de um quotidiano camponês que não se deixa surpreender noutras fontes. Nesta área há, no entanto, ainda muito a fazer, aproveitando as fontes disponíveis.

Finalmente, a historiografia portuguesa na área da história rural carece de estudos comparativos com realidades de outros países e de forma particular com Espanha. Com efeito, a leitura de obras espanholas referentes à época moderna revela-nos uma vida rural com muitas similitudes, constituindo um desafio encontrar, também, os contrastes.

Como refere Vicente Serrão, a representação da agricultura portuguesa tem sido muito marcada pelas ideias de *atraso*, *decadência* ou *crise*⁸¹. Esta perspectiva de

80. NETO, M. S.: «Biens et usages communaux au Portugal (1750-1950)», em DEMÉLAS, M.-D. e VIVIER, N. (dirs.): *Les propriétés collectives face aux attaques libérales (1750-1914). Europe occidentale et Amérique latine*. Rennes, 2003.

81. LAINS, P. e SILVA, Á. F. (org.): *História Económica de Portugal. 1700-2000. O Século XVIII*. Lisboa, 2005, vol. I, p. 10.

análise decorre, em grande parte, da comparação da realidade, agrícola e sobretudo industrial, portuguesa com a de outros países considerados mais desenvolvidos, sendo, igualmente, muito marcada pelo discurso económico de finais do século XVIII. Num contexto de mudança de paradigmas e de invenção de novos modelos de desenvolvimento, mais amigos da humanidade e da natureza, há que considerar, na esteira do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos⁸², se a realidade pré-moderna não se poderá transmutar em fonte de inspiração para uma sociedade pós-moderna. Neste horizonte utópico, encontramos a esperança num futuro mais animador para a história rural portuguesa, que poderá ser reinventada, por exemplo, numa perspectiva de história do meio ambiente.

82. SANTOS, Boaventura de Sousa: *Pela Mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. Porto, Edições Afrontamento, 1994, p. 87-91.